



Projeto assegura recursos mensais às APAEs

Antônio Carlos Majulda

O governador em exercício, deputado Julio Garcia (PFL), entregou na tarde de quarta-feira (19), na Assembleia Legislativa, o projeto de lei que destina mensalmente 1% dos recursos do Fundo Social para as APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) do Estado. O percentual corresponde hoje a cerca de R\$ 700 mil, valor que beneficiará em torno de 15 mil alunos especiais.

Mais de 500 pessoas, entre representantes das 185 Associações, alunos, pais, professores e autoridades acompanharam o encaminhamento da proposta, desde a assinatura da

Mensagem no Centro Administrativo do Estado, em cerimônia realizada pela manhã, até a sua entrega ao Legislativo, à tarde.

"Este é o dia mais feliz da minha vida pública. Aprendi a respeitar e amar o trabalho voluntário desenvolvido pelas APAEs catarinenses, que contribui para uma sociedade menos injusta, mais fraterna e solidária", sintetizou Garcia ao entregar pessoalmente a proposta no Plenário. Na oportunidade, pediu o apoio dos parlamentares para o seu aperfeiçoamento e aprovação. "Farei com que se possa dar o trâmite mais rápido possível ao projeto", afirmou o presidente em exercício da Casa, deputado Herneus de Nadal (PMDB).

Antônio Carlos Majulda



...durante a solenidade de assinatura da Mensagem



Alunos especiais fizeram apresentações...

Página 7

Deputados sugerem ações para combater risco da febre aftosa



O presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, deputado Reno Caramori (PP), sugeriu em reunião emergencial na manhã de quarta-feira (19), a implementação de unidades volantes de vigilância nas estradas vicinais. Elas podem ser utilizadas para desviar o transporte de animais e produtos das barreiras impostas para impedir a contaminação dos rebanhos catarinenses pela febre aftosa.

A proposta foi feita depois que

os integrantes da Comissão ouviram relato do secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, sobre as ações do Estado para impedir a contaminação dos rebanhos de Santa Catarina. "Conheço a fronteira com o Paraná e sei da existência de alguns corredores", argumentou o parlamentar.

No mapa está indicada a localização de todas as barreiras sanitárias, incluindo as emergenciais (estaduais, federais e internacionais).

Plenário aprova incorporação de abono aos salários do Magistério estadual

Além deste, foi aprovada a proposta que cria o Programa de Recuperação e Preservação das Matas Ciliares e a que obriga o Estado a distribuir protetor solar para os portadores de câncer de pele.

Página 8

Emendas ao Orçamento Estadual de 2006 estão sendo apresentadas eletronicamente, inaugurando sistema desenvolvido pela Assembleia

Página 3

Página 5

Doação de órgãos

A Lei nº 9.434/97 regulamentou a doação de órgãos no Brasil. Em 2001, a Lei nº 10.211, aboliu a doação presumida. Antes dela, a pessoa declarava-se ou não doadora. Agora, a decisão cabe à família.

A abordagem do tema é oportuna. Deve-se à necessidade de fomentarmos campanhas para incentivar a conscientização das pessoas quanto à importância de se tornar doador. A questão diz respeito, em primeiro lugar, à consciência que se deve formar em cada ser humano para voluntariamente se submeter a um gesto tão nobre.

O tema, por ser polêmico, ingressa na questão da formação, do livre arbítrio, do sentimento de solidariedade, de amor, nos princípios éticos e morais, nas denominações religiosas, enfim, na vida, que é o bem mais precioso, em torno do qual tudo gira.

Assim, é inevitável a convocação das entidades religiosas, que são formadoras de opinião e indispensáveis nessa importantíssima tarefa de conscientização comunitária, considerando-se, paralelamente, a divulgação e o conhecimento da intenção das pessoas por parte de seus familiares em relação ao tema, uma vez que é fundamental no momento da autorização de uma doação.

Um grande passo já foi dado com a manifestação favorável ao transplante de órgãos pelo Papa, conforme mensagem disponível inclusive no site da CNBB, ressaltando a importância de "se estar atento à dignidade da pessoa humana e buscar "sinais de morte" antes de qualquer procedimento. "A Igreja, afirma a mensagem, é a favor da "doação gratuita" dos órgãos extirpados de cadáveres para transplantes, mas ao mesmo tempo destaca as condições éticas para tais doações, evidenciando "a obrigação da defesa da vida

e da dignidade", tanto da pessoa falecida que doa como a de quem recebe. Por isso, a ciência deve identificar "sinais adequados da morte", elementos em base aos quais pode ser estabelecida com "certeza moral a morte clínica de uma pessoa para proceder a retirada dos órgãos a transplantar".

Cabe lembrar, ainda, que o Sistema Nacional de Transplantes conta com centrais de Notificação, Captação e Distribuição ligadas a órgãos estaduais e oito centrais regionais, que se encarregam de receber os órgãos dos hospitais e fazer com que cheguem aos receptores, por meio de uma fila única. Essa fila evita que só pacientes com maior poder aquisitivo consigam um órgão. Elas têm ordem cronológica, mas a lei diz que pacientes graves, como um doente com hepatite, alguém que precise de um rim e não tenha acesso à diálise ou uma criança menor de 7 anos, passe na frente de outros.

E, por fim, ressalta-se a possibilidade prevista em lei de doação de órgãos duplos por pessoas vivas, como o rim e o pulmão, e partes do fígado e do pâncreas. Para tanto, o beneficiário precisa estar na fila, sendo dispensada a ordem em casos considerados especiais, como, por exemplo, quando da doação a um familiar (parentesco até o quarto grau de consanguinidade), cabendo lembrar que a partir do quinto grau de parentesco, bem como para quem não seja parente, é necessária uma autorização judicial.

A doação de órgãos ou tecidos de doador falecido, como dissemos inicialmente, é determinada pela vontade dos familiares até 2º grau de parentesco, mediante um termo de autorização da doação.

Deputado Clésio Salvaro (PSDB)

Enganando nossos jovens

Há alguns dias pude presenciar na região de Criciúma, sul do Estado, o drama de muitas famílias brasileiras que sofrem pelos filhos que moram nos Estados Unidos. Foram atrás da oportunidade que nossa atual realidade não oferece. Trabalham como escravos, às escondidas da polícia.

Nesse universo, ganham muito dinheiro os agenciadores, coíotes e os traficantes, que vêm nessa emigração uma oportunidade para ganhar mais. Uma cruel realidade, discutida durante reunião da CPMI da Emigração Ilegal (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), promovida pelo Congresso Nacional e Câmara Federal, naquela cidade.

Sem escrúpulos, com promessas de facilidades para entrar naquele país, os agenciadores vendem esse sonho em dólares. Outros crimes, como estupro de mulheres e crianças, também fazem parte dos riscos enfrentados por nossos jovens brasileiros.

Enganados, iludidos e humilhados, cerca

de 30 mil catarinenses estão atrás das grades nas cadeias americanas, à espera da deportação, sem cidadania e tratados como delinquentes.

Por tudo isso e muito mais, nos cabe, então, fazer esse alerta aos milhares de jovens que pensam em migrar para o exterior: como um ilegal, nunca. É preciso preparação, estudo e experiência para "tentar a vida lá fora", de maneira legal, com garantias de cidadania e respeito aos seus direitos.

A morte, as drogas e a violência não podem ser companhias dessa luta por uma vida melhor. Construir esse futuro é buscar a forma correta de trabalhar no exterior. Estudar é preciso e ter uma profissão é obrigatório.

Talvez as oportunidades desejadas também estejam aqui, no Brasil. É preciso querer que as coisas melhorem, trabalhar para mudar o que está errado e disposição para enfrentar os desafios. Aliás, nada muito diferente do que será encontrado "lá fora".

Deputada Odete de Jesus (PL)

Obra reúne 64 autores de Blumenau

Com o apoio da deputada Ana Paula Lima (PT), foi lançado na quarta-feira (19), na Assembleia Legislativa, o livro *Um Rio de Letras - volume II*. Esta é uma obra literária que reúne 64 autores de poesia e prosa integrantes da SEB (Sociedade Escritores de Blumenau).

A SEB é uma entidade cultural sem fins lucrativos com mais de 80 membros e tem como finalidade difundir a literatura,

estimular a escrita, formar leitores e divulgar Blumenau como pólo da literatura estadual.

A obra, com 184 páginas divididas em verso e prosa, apresenta um panorama contemporâneo da escrita no Vale do Itajaí e teve sua capa produzida pela artista plástica Imamaiah. Participam o jornalista Magru Floriano, o poeta Marcelo Steil, a historiadora Christina Baumgarten, entre outros. (GMP)

Impressionismo em exposição

O lagunense Hamilton Mendonça Elibio faz uma exposição de suas obras entre os dias 17 e 24 deste mês, na Galeria de Arte Meyer Filho, no hall da Assembleia Legislativa. Nascido em 1954, Hamilton transferiu-se para Florianópolis em 1968 para estudar administração de empresas na Escola Técnica Sena Pereira.

Descobriu sua arte em 1976, influenciado pelo tio, Ri-

chard Callil Bullos. Começou a copiar grandes mestres como Rubens, Murilo, Salvador Dalí, Theopolo, Kandinski, Hals, Van Dyck e tantos outros.

Em 1998, criou o seu próprio estilo, entre o ingênuo e o impressionismo. Suas pinturas destacam a pescaria, procissões e dançarinas. Também trabalha com restaurações em obras de arte. (TK)

Agenda

Dia 24, 14h - Audiência pública do Fórum Parlamentar da Adoção

Local: Plenário

Dia 25, 10h - Comissão de Agricultura - Audiência pública para discutir o foco de febre aftosa

Local: Plenário

Dia 26, 19h - Sessão solene em homenagem à Epagri, pelos 30 anos de pesquisas agropecuárias em Santa Catarina

Local: Plenário

Dia 27, 14h - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Seminário sobre o Manejo Sustentável da Araucária e do Xaxim

Local: Plenário

Dia 27, 17h - Comissão de Saúde - Audiência pública para discussão dos problemas enfrentados pelos profissionais da Optometria em Santa Catarina

Local: Plenário

Dia 29, 8h30min - Fórum das Águas e Aquífero Guarani

Local: Associação Casan - São Miguel do Oeste

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)
(presidente em exercício)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Lucia Helena Vieira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortez Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sacht, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraiá Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Impressão: Diário Catarinense

Orçamento 2006

Emendas são apresentadas por meio eletrônico

Processo gera economia e agilidade

Magda Audrey Pamplona

A partir deste ano, os deputados passam a apresentar emendas ao projeto da LOA (Lei Orçamentária Anual) através de meio eletrônico. O projeto chegou ao Legislativo no final de setembro. Um formulário disponibilizado na rede interna de computadores da Assembleia Legislativa deverá ser preenchido pela bancada ou pelos deputados que desejarem apresentar as emendas. Nesse formulário, por exemplo, o parlamentar ou o funcionário encarregado de fazer o envio da emenda selecionará o item que diz o tipo de proposta que está sendo apresentada - se é emenda parlamentar, coletiva, de bancada ou de relator. Sendo uma emenda de bancada, aparecerá a lista de todos os partidos e um deles deverá ser selecionado.

Depois de preenchido o formulário, com todos os dados solicitados mais a proposta de emenda, ele é enviado simultaneamente

à Comissão de Finanças e Tributação e a um arquivo eletrônico. "Tudo vai ser centralizado na Divisão de Informática", explica o chefe da Coordenadoria do Orçamento Estadual, Jaime Mantelli. Enquanto o prazo para apresentação de emendas não é encerrado, apenas as pessoas que têm acesso à rede interna poderão consultá-las. Mantelli garante que não há risco de a emenda ser alterada, porque apenas o gabinete ou a bancada que o enviou poderá modificá-la. "O sistema vincula o número da emenda à senha do gabinete proponente", detalha. Depois de encerrado o prazo de entrega, as emendas serão disponibilizadas na Internet.

O protocolo de recebimento da proposta também é eletrônico. Assim que a emenda é enviada o sistema automaticamente a numera e registra a data, hora, minuto e segundo do recebimento. Se dois deputados enviarem emendas que contemplem uma mesma proposta, prevalecerá o estágio da tramitação da emenda mais antiga, conforme o parágrafo único do Artigo 210 do Regimento Interno da Assembleia.

Jaime Mantelli destaca que um dos principais ganhos desse sistema é a economia de materiais. Segundo ele, os parlamentares costumam enviar às suas bases eleitorais cópias das emendas que estão propondo. Enviando através da Internet, não há custo com papel nem com o serviço dos Correios. Além disso, o tempo dispendido para o trabalho de sistematização diminui, pois antes as propostas eram enviadas à Comissão de Finanças e Tributação em três vias de papel e uma via em disquete.

O projeto da LOA é o primeiro a receber emendas através deste sistema. O próximo será o da Lei de Diretrizes Orçamentárias (votada no primeiro semestre de cada ano) e o Plano Plurianual (votado no primeiro ano de cada governo). O PPA estabelece as metas do governo que assume o mandato para os pró-



Mantelli: "Intenção é dispensar o papel"

ximos quatro anos. Já a LDO regulamenta a elaboração da LOA; define, baseada no PPA, o que deve ser contemplado na Lei Orçamentária Anual. A intenção, segundo Mantelli, é que num futuro bem próximo todos os projetos recebam emendas eletronicamente.

Mantelli conta que em 2003 um grupo de funcionários da Coordenadoria das

Comissões, setor em que ele trabalhava na época, da Divisão de Informática, do Departamento Parlamentar, Divisão de Expediente e de todas as Comissões da Assembleia, começou a discutir a possibilidade de inserir na rede o processo legislativo. Hoje, os funcionários da Coordenadoria do Orçamento Estadual também trabalham na operacionalização do programa.

Tramitação - Atualmente, acessando o endereço da Assembleia (www.alesc.sc.gov.br) na rede, qualquer pessoa pode

conhecer texto completo dos projetos de lei e acompanhar sua tramitação na Comissões até a sua apreciação em Plenário. "O que queremos mesmo é uma ferramenta que dispense o uso do papel em todo o processo legislativo", diz Mantelli. Entretanto, isso ainda não pode ser feito porque a legislação federal não permite que o processo seja exclusivamente eletrônico. (MAP)

Secretaria de Cultura lança guia

O Guia de Eventos do site da Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte foi lançado no dia 18, no hall da Assembleia Legislativa. A publicação relaciona todos os acontecimentos nas áreas afins da pasta. O guia está disponível no endereço eletrônico <http://calendario.sol.sc.gov.br>

Paralelamente foi lançada a 1ª Mostra Fotográfica de Santa Catarina, que visa integrar a capital ao interior através de uma exposição com imagens fotográficas de todas as cidades do Estado. Todas as secretarias do desenvolvimento regional podem participar do projeto. Para isso é necessário o envio de cinco fotos tamanho 50cmx75cm de cada cidade ins-

crita. Três fotos (coloridas) devem ser de pontos turísticos.

Também deve ser enviada uma foto antiga da cidade (preto e branco) e uma foto atual (colorida). Cada foto deverá ser identificada com um breve histórico em folha de formato A-4, com fonte Arial nº 18. A exposição inicia no dia 22 de novembro, no Palácio Cruz e Sousa, no centro da capital.

O terceiro projeto lançado no mesmo evento foi a Maratona do Cinema, que vai levar filmes catarinenses e nacionais a várias cidades do Estado, com acesso gratuito. As secretarias regionais interessadas em participar poderão se inscrever através de um ofício endereçado à Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, a partir do dia 1º de novembro. (MAP)

Carlos Kilian



Lançamento aconteceu no hall da Assembleia Legislativa

Presidente recebe comitiva oficial da China

Solán Soares



Feng Xiuhua e o presidente em exercício da casa, deputado Herneus de Nadal

O presidente em exercício da Assembleia Legislativa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), manifestou o interesse catarinense em intensificar as relações comerciais, políticas e institucionais com a China aos representantes do Ministério das

Finanças e de 21 províncias daquele país, que estiveram em visita à Assembleia Legislativa na manhã de quinta-feira (13). Ele informou à comitiva que o Estado é grande produtor de carne, setor com destaque nas exportações catarinenses. A representante do Departamento Administrativo do Ministério das Finanças da China, Feng Xiuhua, salientou que seu país tem interesse em ampliar as relações com o Brasil e com Santa Catarina.

Nadal falou ainda sobre

a organização política do Brasil, enfatizando que uma das discussões mais importantes no contexto atual refere-se à concentração dos recursos nacionais pelo governo federal. "Defendemos uma alteração na distribuição destes valores, com os maiores percentuais ficando com o Estado e os municípios". Na atual divisão, a União fica com 65% do que é arrecadado, destinando 22% aos Estados e 13% aos municípios.

A reforma administrati-

va implementada pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e a descentralização do governo com a criação de 30 secretarias de Desenvolvimento Regional foi outro tema abordado pelo presidente.

Equilíbrio

- Também recepcionando os chineses, o primeiro-secretário da

Mesa, deputado Lício Mauro da Silveira (PP), explicou como funcionam as relações entre o Poder Legislativo e o Executivo, da tramitação dos projetos de lei na Casa até sua aprovação ou rejeição e as possibilidades de retorno da matéria para nova apreciação, caso haja veto do Poder Executivo.

A missão veio ao Brasil para verificar principalmente como é feita a administração do patrimônio público. De Florianópolis, eles seguiram para o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. (SD)

Parlamento avalia proposta nacional de lei agrícola

A padronização dos procedimentos de inspeção sanitária contida na proposta de regulamentação da Lei Agrícola Federal de Inspeção Sanitária de Alimentos pode inviabilizar as atividades do pequeno produtor. Esta é uma das conclusões do encontro realizado no dia 10, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que reuniu representantes das comissões de agricultura dos legislativos e os secretários estaduais dos estados do Sul do país para discutir o projeto. A informação foi trazida ao Plenário, na sessão de quinta-feira (13), pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), que representou o Legislativo catarinense no debate.

“O texto da lei está em fase de consulta pública até o dia 30 deste mês. Propusemos alterações no encontro com os secretários”, informou o petista.

O deputado assinalou que há muito tempo os pequenos produtores reivindicam um sistema integrado de controle

sanitário, para facilitar o trânsito de produtos fiscalizados entre os estados, e enfatizou que o texto precisa ser muito discutido para que não acabe prejudicando o pequeno produtor.

Sobre a padronização sugerida no encontro em Porto Alegre, ele argumenta que as exigências quanto a equipamentos contidas na Lei federal dificilmente poderiam ser cumpridas pelos pequenos produtores. Outra preocupação é de que os pequenos municípios não terão estrutura para atender à nova legislação, o que exige a organização em consórcios regionais, cuja criação precisa ser fomentada e organizada.

As ressalvas ao texto e as sugestões do grupo foram encaminhadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As comissões de agricultura das assembleias estaduais assumiram o compromisso de promover debates e audiências públicas sobre o tema nos três Estados, envolvendo as entidades ligadas aos agricultores. (LC/RMPP)



Deputado Dionei (o 4º da direita para a esquerda) representou o Legislativo catarinense

Taió encerra ciclo de seminários

Encerrou na sexta-feira (14), na cidade de Taió, o ciclo de palestras do 1º Seminário da Região do Alto Vale do Itajaí – Pensando o Poder Legislativo Municipal. As outras etapas aconteceram em Ituporanga (9/9) e em Presidente Getúlio (16/9). O seminário foi uma promoção da Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, do Programa Interlegis – Senado Federal e da Ucavi (União das Câmaras do Alto Vale do Itajaí). O apoio foi da Câmara Municipal de Taió. A abertura oficial do evento contou com a presença do deputado Nelson Goetten (PFL), representando o Poder Legislativo estadual, do deputado Celestino Secco (PP), presidente da Escola do Legislativo, do prefeito municipal de Taió, José Goetten de Lima (PFL), do vereador Edson Luís Fronza (PT), presidente da Ucavi, do presidente da Câmara Municipal de Taió, Narciso José Broering (PMDB), e de Albertina Andrioli, representando a Secretaria de Desenvol-

vimento Regional de Rio do Sul. Entre os inscritos estavam presidentes de Câmaras, vereadores, suplentes de vereadores e servidores públicos, representando os municípios de Rio do Sul, Salete, Rio do Oeste, Dona Emma, Santa Terezinha, Pouso Redondo, Rio do Campo, Agrônômica, Trombudo Central e Laurentino.

Goetten fez uma análise da sua incursão na vida política, dizendo que erraria menos se tivesse tido a oportunidade de participar, quando iniciou sua atividade parlamentar, de eventos de qualificação como o realizado em Taió. Secco lembrou que é função da Escola construir uma comunidade mais crítica. Para Edson Fronza, sem a estrutura e o conhecimento da Escola do Legislativo, haveria muita dificuldade em qualificar os agentes públicos. “A renovação nas Câmaras aqui da região foi de 66%, o que demonstra a real necessidade de qualificar e atualizar o Legislativo. Estamos caminhando em direção à comunidade”, finalizou. (MAG)

Alberto Neves



Evento fechou o ciclo de seminários

Deputados manifestam opinião sobre o referendo

Durante a semana que antecede o referendo sobre o comércio de armas de fogo e munição, marcado para o dia 23 (domingo), os parlamentares voltaram a manifestar suas opiniões. Há cerca de um mês, foi formalizada a Frente Parlamentar Catarinense pelo Desarmamento. Na terça-feira (18), foi a vez dos parlamentares contrários à proibição formalizarem a sua Frente.

Deputados de diversos partidos aderiram à Frente Parlamentar 1, contra a proibição à comercialização de armas de fogo e munição no Brasil. A 21ª assinatura, que garantiu a maioria no Parlamento, foi do deputado Manoel Mota, líder do PMDB. Joares Ponticelli, líder do PP, discursou da tribuna e fez referências a um texto escrito anos atrás pelo ex-deputado federal Roberto Jefferson – cassado há menos de um mês -, no qual dizia que um futuro desarmamento no país serviria para deixar a sociedade ainda mais vulnerável, já que a União não tem condições de garantir segurança ao cidadão.

Ponticelli citou pesquisa feita em 2003 em que o afogamento aparece em primeiro lugar entre as causas de maior número de mortes entre crianças de 0 a 14 anos, contabilizando 1.617 casos. Em segundo lugar, prosseguiu o parlamentar, vêm os atropelamentos, com 1.192 mortes. O levantamento registrou 1.123 crianças mortas em acidentes de carro, em terceiro lugar no ranking, 810 casos de sufocamento. Outras 628 faleceram devido a outros acidentes, as queimaduras tiraram a vida de 451 crianças e 300 foram vítimas de quedas, seguido por envenenamento ou intoxicação, com 155 mortes. Por fim, 82 crianças foram vitimadas por armas de fogo. “Os números mostram que desarmar significa tirar a arma de pessoas de bem. Os criminosos não vão obedecer, vão se sentir muito mais seguros para agir com a certeza de que não haverá uma arma para que a vítima se defenda.” Para ele, 21 parlamentares tiveram coragem de assumir a sua posição, que poderá influenciar na decisão de catarinenses indecisos. Para Francisco Küster (PSDB), o desarmamento servirá como um incentivo para a entrada de armas ilegais. (DAB)

SIM à proibição

Afrânio Boppré (PSOL)
Ana Paula Lima (PT)
Celestino Secco (PP)
Dionei Walter da Silva (PT)
Francisco de Assis (PT)
Onofre Agostini (PFL)
Paulo Eccel (PT)
Pedro Baldissera (PT)
Rogério Mendonça - Peninha (PMDB)
Vânio dos Santos (PT)
Wilson Vieira - Dentinho (PT)

NÃO à proibição

Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP)
Antônio Ceron (PFL)
Cesar Souza (PFL)
Clésio Salvaro (PSDB)
Francisco Küster (PSDB)
Gelson Merísio (PFL)
Gelson Sorgato (PMDB)
Genésio Goulart (PMDB)
Herneus de Nadal (PMDB)
João Henrique Blasi (PMDB)
Joares Ponticelli (PP)
Jorginho Mello (PSDB)
José Paulo Serafim (PT)
Lício da Silveira (PP)
Manoel Mota (PMDB)
Nelson Goetten (PFL)
Odete de Jesus (PL)
Reno Caramori (PP)
Romildo Titon (PMDB)
Sérgio Godinho (PSB)
Simone Schramm (PMDB)

Deputados propõem vigilância ambulante para impedir entrada da aftosa

Carlos Agne

O presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, deputado Renato Caramori (PP) sugeriu em reunião emergencial na manhã de quarta-feira (19), a implementação de vigilâncias ambulantes nas estradas vicinais. Essas vias, conforme o deputado, podem ser utilizadas para desviar o transporte de animais e produtos das barreiras impostas para impedir a contaminação dos rebanhos catarinenses pela febre aftosa.

A proposta foi feita depois que os integrantes da Comissão ouviram relato do secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, sobre as ações do Estado para impedir a contaminação dos rebanhos de Santa Catarina, há 14 anos sem registro da doença. Nas duas últimas semanas, foram confirmados focos de febre aftosa em fazendas do Mato Grosso do Sul, nos municípios de Eldorado, Itaquiraí, Japorá, Iguatemi e Mundo Novo. A União Euro-

péia foi a primeira a cancelar as importações de carne brasileira, seguida por Israel e Grécia, que foram mais radicais, incluindo todo o tipo de carnes. Santa Catarina proibiu a entrada de

Uma das primeiras determinações da secretaria estadual foi a proibição temporária do ingresso e da passagem em território catarinense de animais, produtos, subprodutos e materiais de multiplicação animal com origem e procedência em estados situados ao norte de Santa Catarina. Há uma lista de produtos que estão fora da proibição, exceção aos provenientes dos municípios de Mato Grosso do Sul onde a doença foi registrada, incluindo grãos e frutas. "A sanidade do rebanho animal catarinense, nesse momento, está sendo tratada como uma questão de segurança de Estado, de extrema importância", enfatizou o secretário. Em reunião com governador em exercício, Julio Garcia (PFL), secretaria da Fazenda, Segurança Pública, Polícia Militar, secretaria da

Agricultura e suas filiadas (Epagri, Cidasc e Microbacias), Secretaria de Coordenação e Articulação, Secretaria da Comunicação e Secretaria de Articulação Internacional, foram definidas várias ações. O reforço do policiamento nas 18 barreiras sanitárias nas divisas com o Paraná e na fronteira com a Argentina, para assegurar a rigorosa operação de vigilância sanitária desencadeada pela Secretaria da Agricultura, integra a estratégia para manter o título catarinense de *Estado Livre da Febre Aftosa sem Vacinação*, um dos principais atrativos para o mercado internacional que adquire a carne produzida em Santa Catarina.

Conforme Sopelsa, em reunião entre secretarias estaduais e o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues no dia 14 último, em Brasília, ficou estabelecido que as secretarias vão seguir todas as normas do Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) priorizando a normatização da OIE (Organização Internacional de Epizootias).

Gripe do frango não é ameaça

Representando a Comissão de Saúde na reunião, a deputada Odete de Jesus (PL) questionou a inexistência de campanhas educativas para a população no que se refere à gripe aviária, com focos confirmados também na América do Sul e sugeriu que a Secretaria da Agricultura desenvolvesse esse tipo de trabalho.

O técnico do Ministério da Agricultura, cedido para a secretaria estadual, Hamilton Farias, explicou que a gripe denominada *Influenza*, disseminou-se da Ásia para o resto do mundo a partir de 1999 e em 2005 já contabilizava 64 casos de óbitos oficialmente. "Essas pessoas tinham contato direto com as aves e, pela facilidade da migração, foi fácil a transmissão", disse Farias. A doença não tem registro

no Brasil. "Graças à luminosidade que possuímos no Brasil, as aves migratórias não procedem de locais onde existe o *Influenza*", assegurou.

Participaram ainda da reunião de emergência, os deputados Sérgio Godinho (PSB), Dionei Wálter da Silva (PT), Narcizo Parizotto (PTB), Francisco Küster (PSDB), Antônio Ceron (PFL) e Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), além do diretor técnico da Cidasc, Gécio Meller, o diretor de Defesa Animal da Secretaria de Agricultura, Roni Barbosa, o superintendente do Ministério da Agricultura no Estado, Tarcísio Kock e o representante da OCEC (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), Milton Dallago.

Justiça aprova admissibilidade de medida provisória

Jonas Lemos Campos

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) aprovou na manhã do dia 18, a admissibilidade da Medida Provisória nº 120/05, editada pelo Executivo, alterando artigos da Lei nº 13.335/05, que criou a SC Parcerias. A nova redação acrescenta a possibilidade de constituição de



Majoria aprovou a admissibilidade da Medida Provisória

sociedades, inclusive com propósitos específicos. Além de autorizar a cessão ou transferência à SC Parcerias de ativos de propriedade do Estado, em montante e condições a serem definidas pelo governador, de bens móveis e imóveis e participações acionárias na forma estabelecida por decreto. A Medida Provisória terá sua admissibilidade apreciada em Plenário na próxima terça-feira (25). Se aprovada, retorna à CCJ para análise do mérito da matéria.

Debate - O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) classificou a MP de lesiva aos cofres estaduais, já que governo

vai poder antecipar receitas futuras. Por conta da lei Kandir, explicou o parlamentar, as empresas exportadoras contam hoje com um crédito tributário em torno de R\$ 600 milhões. Estes valores poderão ser negociados com as indústrias, para que estas paguem suas dívidas com o Prodec (programa de repactuação de dívidas fiscais), em contratos que estendem-se até 2015, antecipando receitas de outros governos. Vieirão teme que, com a MP, os créditos tributários das empresas exportadoras sejam vendidos a valores inferiores. "Por exem-

plo, uma empresa que tem uma dívida de R\$ 20 milhões, compra este valor, mas negocia o pagamento de somente R\$ 15 milhões". Esses créditos são repassados ao Fadesc que integraliza esses valores no capital da SC Parcerias.

Outra manifestação contrária partiu do deputado Vanio dos Santos (PT). Para o parlamentar, a MP desconsidera a proposta construída pelo Legislativo quando da aprovação da SC Parcerias. "O deputado Vieirão foi muito preciso quanto ao prejuízo, não somente financeiro, mas também de imagem", concluiu o petista. (SD)

Audiências discutirão projetos para ampliar bolsas de estudos

Os municípios de Joaçaba, Lages, Joinville, Tubarão e Florianópolis vão sediar audiências públicas regionais, promovidas em conjunto pelas comissões de Constituição e Justiça e de Educação. Assim, amplia-se o debate em busca de maior eficácia na distribuição de recursos destinados a bolsas de estudos para alunos carentes do ensino superior, informou o deputado Celestino Secco (PP).

O parlamentar é o relator do Projeto de Lei Complementar nº 25/05, de origem governamental, que regulamenta o Artigo 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino Superior no Estado de Santa Catarina. A esta matéria foi pensado o Projeto de Lei Complementar nº 26/05, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), que aprova medida de apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino superior estadual aten-

dendo ao mesmo artigo.

O progressista esclarece que as propostas são complementares. "Enquanto no Artigo 170 o repasse de recursos varia entre 30% e 50%, no Artigo 171 os recursos são maiores e vão de 50% a 100%, com o princípio de igualar oportunidades de competição entre os estudantes. Buscamos a efetiva aplicação desses recursos, premiando a eficiência e a eficácia", afirma o parlamentar.

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) defendeu uma ampla avaliação, durante os debates regionais, do êxodo no ensino superior. Muitos alunos, explicou, são contemplados com bolsas em um primeiro momento e depois não conseguem mais esses recursos para dar continuidade aos estudos. "Muitos perdem a bolsa, sem no entanto perder a condição de miserabilidade. E este é um dos aspectos que precisam de solução", diz Vieirão. (SD)

Fórum quer assegurar recursos no Orçamento da União para BR-282

A chance de que os R\$ 18 milhões de recursos destinados às obras da BR-282 ainda sejam aplicados neste ano ou relocados como emenda para 2006, junto com outros valores solicitados para esse fim, no orçamento do próximo ano, foi a tônica da reunião realizada na manhã de segunda-feira (17) pelo Fórum Permanente da BR-282, presidido pelo deputado Romildo Titon (PMDB). O deputado federal e relator do Orçamento da União 2006, Carlito Merss (PT/SC) foi convidado a prestar esclarecimentos, uma vez que o TCU (Tribunal de Contas da União) incluiu a obra com indícios de irregularidades graves, em documento entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), cuja recomendação é a paralisação da execução orçamentária, física ou financeira.

Essa possibilidade fez com que os integrantes do Fórum, Titon, Reno Caramori (PP), Antônio Ceron (PFL) e Lício Mauro da Silveira (PP) se reunissem com o relator em encontro que contou também com a presença de deputado federal Paulo Afonso Vieira (PMDB), dos prefeitos de São Miguel do Oeste, José Carlos Vallar (PMDB), de Paraíso, Ênio Reckziegel (PMDB), e de Guaraciaba, Airton Fontana (PT), também presidente da Ameoesc (Associação dos Prefeitos do Extremo Oeste Catarinense), além do coordenador do DNIT/SC, João José dos Santos

e do presidente em exercício da Assembleia Legislativa, Herneus de Nadal (PMDB). "O secretário de controle externo do TCU em Santa Catarina, na audiência em São José do Cerrito, afirmou que não haveria mais restrição à obra e agora consta no relatório entregue ao Senado", observou Titon.

Merss explicou que presidente do TCU, ministro Adylson Motta, entregou ao presidente do Senado a relação de obras públicas fiscalizadas pelo órgão, em 2005, para auxiliar o Congresso Nacional na aprovação da Lei Orçamentária de 2006, onde foram identificados indícios de irregularidades graves em 72 empreendimentos. Três são catarinenses, incluindo a BR-282, para os quais o tribunal recomenda a paralisação da execução orçamentária, física ou financeira. O objetivo é assegurar que as irregularidades detectadas sejam corrigidas, de forma a garantir a conclusão das obras no prazo previsto e a preços de mercado. "Não podemos incluir no orçamento obras com problemas. É necessário fazer pressão para que o novo contrato feito com a empreiteira, depois de assinados, seja encaminhado ao TCU, que envia comunicação à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional para que a obra tenha recursos liberados", explicou o relator.

Com a recomendação do TCE, os R\$ 8 milhões destinados ao trecho en-



Deputado Carlito Merss (ao microfone): "Pressão para assinatura do contrato é fundamental"

tre São José do Cerrito e Campos Novos, previstos inicialmente para 2006, não têm garantia de liberação. No entanto, o diretor do DNIT, João José dos Santos, disse que o trâmite burocrático para assinatura do novo contrato está correndo no tempo certo. "Mas é necessário pressionar junto aos órgãos competentes para agilizar", reiterou.

Os deputados também reivindicaram aumento na previsão orçamentária para assegurar a continuidade das obras. Eles definiram que o Fórum estará representado em Brasília, em audiências no DNIT, TCU e Congresso Nacional, para

reforçar a reivindicação. "Vamos pressionar o DNIT para agilizar e depois vamos para o TCU. O que não podemos é deixar de ver esses recursos incluídos no orçamento. Temos um mês para definir as emendas individuais e as 15 de bancada para integrar a peça orçamentária", assinalou Herneus de Nadal.

De acordo com o relator do Orçamento da União, Santa Catarina tem o sexto melhor orçamento do país, com R\$ 412 milhões, valor superior, por exemplo, à fatia prevista para o Estado de São Paulo, que é de R\$ 383 milhões. (CA/RMPP)

Governo relata ações para resolver problemas em rodovias

O secretário de Infra-estrutura de Santa Catarina, Mauro Mariani (PMDB), participou da reunião da Comissão de Transportes na manhã de terça-feira (18) para esclarecer as ações do governo para a manutenção das rodovias estaduais, especialmente a Serra do Rio do Rastro e as rodovias SC-439 e SC-302 (trecho Rio do Oeste/Taió). A presença do secretário atendeu requerimento da bancada do PP.

Conforme informações de Mariani, há 4.264 quilômetros de rodovias pavimentadas sob responsabilidade do Estado e outros 2.391 quilômetros sem pavimentação, atingindo 153 municípios.

O deputado Joares Ponticelli (PP), representando o deputado Reno Caramori (PP), membro da Comissão, reclamou da demora na restauração da iluminação da Serra do Rio do Rastro e afirmou que os sistemas de escoamento de água e de sinalização estão comprometidos. Além disso, completou, as muretas de proteção e as placas de concreto - com as quais a Serra do Rio do Rastro é pavimentada -, estão com rachaduras e quebradas em vários pontos. "A impressão de abandono é momentânea, e os buracos na pista acontecem principalmente pelas fortes pancadas de chuva que vem ocorrendo nos últimos meses, em alguns trechos não há ponto de fuga para a água, mas assim que melhorar o tempo co-

meçaremos a restauração", assegurou o diretor do Deinfra, Romualdo França Júnior, que acompanhava o secretário. A sinalização horizontal está concluída e a vertical está sendo iniciada, bem como a reconstrução das muretas de proteção, de concreto, afirmou. "O que a serra mais necessita é o seu embelezamento, a engenharia não nos preocupa desde que não cresça mato nas calhas, o que pode causar mais fissuras", avaliou.

O deputado Ponticelli propôs a limitação de peso dos veículos para o tráfego na rodovia, que não foi construída para suportar cargas pesadas. O presidente da Comissão, deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), sugeriu uma audiência pública com a presença de representante do Deinfra para discutir esta possibilidade.

A recuperação e manutenção dos sistemas que iluminam a Serra do Rio do Rastro, bem como a da Dona Francisca, entre Joinville e Campo Bonito ficaram a cargo da Celesc, conforme relatou, explicou o diretor do Deinfra (Departamento de Infra-estrutura) que também compareceu à reunião. Também participaram da reunião os deputados Wilson Vieira - Dentinho (PT), Francisco Küster (PSDB), Antônio Ceron (PFL), representando o deputado Nelson Goetten (PFL), membro da Comissão, Simone Schramm (PMDB), Jorginho Mello (PSDB) e Sérgio Godinho (PSB).



Mariani reclamou da escassez de recursos e propôs criação de Fundo Rodoviário Estadual

Falta de recursos

A falta de recursos, de acordo com o secretário Mauro Mariani, é um dos principais obstáculos enfrentados pelo Estado para manter as rodovias em boas condições de tráfego. "Santa Catarina é o único Estado que não cobra pedágio. Além disso, está proibido de fazer a fiscalização eletrônica das rodovias", citou. Ele defendeu a criação de um Fundo Rodoviário Estadual. Por enquanto, o Deinfra vai contar com

os recursos provenientes da entrada em vigor da Lei nº 13.516. Aprovada no Parlamento no último dia 4, vai permitir a cobrança de tarifas sobre a utilização comercial das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais delegadas ao Estado, por empresas concessionárias de serviço público, por empresas privadas ou por particulares. Toda a arrecadação irá para uma conta específica do Deinfra. (DAB/MAP)

Alunos especiais terão recursos garantidos em lei

Rose Mary Paz Padilha
Magda Audrey Pamplona



Garcia cumprimenta representantes das APAEs durante solenidade na sede do Poder Executivo

O governador do Estado em exercício, deputado Julio Garcia (PFL), assinou, na manhã de quarta-feira, a mensagem que encaminha ao Legislativo o projeto de lei que prevê a destinação de 1% dos recursos do Fundo Social às APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais). O ato foi realizado no Centro Administrativo e prestigiado por mais de 500 pessoas, representantes das APAEs de todo o Estado. Além dos apaianos, que lotaram o local, repleto de faixas de agradecimento, também participaram da solenidade o presidente em exercício da Assembleia Legislativa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), os deputados Jorginho Mello (PSDB), Valmir Comin (PP), Gelson Merisio (PFL), Manoel

Mota (PMDB), Nilson Nelson Machado - Duduco (PDT), Lício Mauro da Silveira (PP), José Paulo Serafim (PT) e Altair Guidi (PPS), além de outras autoridades.

A aprovação do projeto significará mais de R\$ 700

mil mensais a serem distribuídos a cada APAE, de acordo com o respectivo número de alunos, ou R\$ 50 por aluno. "Esses recursos amenizam parte dos problemas enfrentados pelas 15 mil crianças e adultos com necessida-

des especiais atendidos pelas 185 associações catarinenses", declarou Jairo Cascaes, presidente da Federação das APAEs de Santa Catarina. Cascaes lamentou a falta de verbas federais para a manutenção e a contratação de profissio-

nais, como fisioterapeutas. "O Fundo Social substituirá o que não temos da União. Queremos parar de pedir esmolas. Peço aos deputados que aprovem o projeto", frisou.

Emocionado, o governador em exercício recebeu agradecimentos de dirigentes e professores e foi homenageado com apresentações artísticas de alunos, numa demonstração de superação de limites.

Julio Garcia assinalou que o projeto tem mérito coletivo e Santa Catarina deverá ser um Estado de vanguarda, pioneiro no Brasil. "Hoje é o dia mais feliz da minha vida pública e até pessoal. Na próxima segunda-feira (24), quando retornar aos meus trabalhos na Assembleia Legislativa, quero discutir e, se for necessário, aprimorar o projeto para sua aprovação", destacou.



Parlamentares manifestaram apoio total à iniciativa

Garcia entrega a proposta pessoalmente ao Legislativo

Na tarde da mesma quarta-feira, o governador em exercício, deputado Julio Garcia (PFL), entregou pessoalmente a proposição ao Poder Legislativo.

Garcia discursou no Plenário, mais uma vez assistido por dirigentes, professores, pais e alunos das Associações, que lotaram as galerias da Casa. "Aproveitei, no melhor sentido da palavra, para apresentar esse projeto", disse, referindo-se à interinidade no governo, uma vez que a apresentação de projetos que criam despesas é prerrogativa exclusiva do Poder Executivo. Também agradeceu aos demais 39 deputa-

dos, que o elegeram presidente do Legislativo, a oportunidade de assumir o governo do Estado e poder realizar o sonho de contribuir efetivamente com a causa das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Julio Garcia contou que aprendeu a respeitar e a amar as APAEs quando conheceu a instituição.

"Hoje freqüente e sou padrinho de algumas delas. Elas carecem de recursos

fixos que possam lhes dar as mínimas condições de planejamento." Depósito

minha confiança na sensibilidade dos deputados para aprová-lo no tempo regimental", conclamou, observando que o projeto não é dele somente, mas de todos aqueles que dedicam horas e carinho às pessoas especiais.

O presidente da Federação das APAEs de Santa Catarina, Jairo Cascaes, e a nova presidente da entidade, já eleita, e que assume em janeiro, Rosane Vailatti, fizeram parte da mesa durante o ato de recebimento do projeto.



Governador entrega projeto ao presidente da Casa

O apoio dos deputados

"Farei com que se possa dar o trâmite mais rápido possível ao projeto."
Deputado Herneus de Nadal (PMDB)

"A atitude de Julio Garcia é uma atitude de homem público, realmente, pois a grande maioria dos beneficiados com seu projeto nem votam."
Deputado Onofre Agostini (PFL)

"Os deputados desta Casa sempre serão uns apaixonados por essa causa tão nobre."
Deputada Ana Paula Lima (PT)

"É um grande prazer poder participar deste ato."
Deputado Gelson Merisio (PFL)

"Gostaria de poder votar hoje mesmo o projeto."
Deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB)

"Sei da importância do trabalho da APAE com o excepcional."
Deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), que conviveu seis anos com uma pessoa portadora de necessidade especial.

"Então eu sei que diferença faz o trabalho das APAEs."
Deputada Simone Schramm (PMDB), referindo-se à sua filha já falecida, portadora de necessidade especial.

"Se fosse esta sua única ação enquanto no exercício do governo do Estado e já teria feito muito."
Deputado Paulo Eccel, líder do PT.

"Esse momento é inesquecível."
Deputado Manoel Mota, líder da bancada do PMDB.

"Julio Garcia dá exemplo para o Brasil com essa atitude."
Deputado Romildo Titon (PMDB)

"Espero que o projeto esteja aprovado até o dia 7 de dezembro, data em será realizada no Plenário sessão solene em homenagem às APAEs".
Deputado Sérgio Godinho (PSB)

"Ao contrário do sargento Garcia, que passa a vida perseguindo o Zorro, mas não conseguiu prendê-lo, Julio Garcia perseguiu o sonho que realiza hoje."
Deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo na Assembleia Legislativa.

"Questionamos o Fundo Social porque na primeira proposta ele retirava recursos dos municípios. Agora, Julio Garcia traz o verdadeiro significado do Fundo Social. Na nossa bancada Vossa Excelência poderá encontrar apoio para discutir e aperfeiçoar essa proposta."
Deputado Joares Ponticelli (PP)

"Seu projeto vai gerar debate sobre como devemos utilizar os recursos do Fundo Social".
Deputado Vanio dos Santos (PT)

"Nesse aspecto das APAEs, Julio Garcia deu uma lição no nosso governador. Vossa Excelência realmente dá uma destinação social ao Fundo Social."
Deputado Dionei Walter da Silva (PT)

"Este projeto traz alegria para os pais dos alunos das APAEs."
Deputada Odete de Jesus (PL)

Aprovados

Eduardo Guedes de Oliveira

Programa vai ampliar integração entre sociedade e o Parlamento

Os deputados aprovaram na terça-feira (18), o Projeto de Resolução nº 15/05, de autoria do deputado Celestino Secco (PP), que institui o programa *Conhecendo o Parlamento Catarinense*, com a finalidade de divulgar e tornar acessível à população as atribuições e atividades desenvolvidas pela Assembléia Legislativa. O programa será coordenado pela Escola do Legislativo, da qual Secco é presidente, e abrange projetos como *A Universidade e o Legislativo*, *A Comunidade e o Parlamento* e *A Escola no Parlamento*.

A Universidade e o Legislativo têm como objetivo a aproximação da comunidade do ensino superior através da promoção de palestras, audiências e debates sobre assuntos relevantes entre as instituições de ensino superior, além de organizar a realização de cursos temáticos relacionados com o Parlamento catarinense. Integrar os movimentos sociais, as entidades comunitárias, organizações não-governamentais e o Legislativo é a meta do segundo projeto, enquanto *A Escola no Parlamento* visa oferecer aos estudantes do ensino fundamental, da 1ª à 8ª série, das redes pública e privada, a possibilidade de conhecer aspectos gerais do Poder. (RV)

Projeto estabelece ações para preservar matas ciliares

Com o objetivo de preservar os recursos naturais do Estado, os deputados aprovaram o Projeto de Lei nº 340/04, de autoria do deputado Pedro Baldissera (PT), que institui o Programa de Recuperação e Proteção das Matas Ciliares em Santa Catarina. Segundo o parlamentar, além da preservação o projeto visa também a disponibilidade em quantidade e qualidade, em seus diversos níveis de consumo, ao longo dos tempos. "Para isso, o manejo correto do solo e a proteção de nascentes, córregos e margens requer práticas de conservação adequadas, a fim de proporcionar uma utilização sustentável dos mananciais hídricos."

A mata ciliar é a que se localiza ao longo dos rios, córregos, igarapés, nascentes, lagos naturais e artificiais. É esta vegetação que evita a erosão, impedindo que a terra, a areia e até o lixo das enxurradas cheguem aos rios. Como tem grande importância social e ambiental essa área é considerada de preservação permanente, ou seja, não pode ser explorada, pois é protegida por lei. (TK)



Deputados apreciaram diversos projetos que dependem de sanção do Poder Executivo para se transformarem em novas leis

Abono passa a incorporar salário do magistério

O magistério público estadual terá incorporado aos salários o abono de R\$ 50,00, concedido em setembro de 2003, com aplicação progressiva na tabela de vencimentos dos membros ativos e inativos. O Projeto de Lei Complementar nº 31/05, de origem governamental, que concede este reajuste, foi aprovado pelos deputados na sessão plenária de quarta-feira (19).

As gratificações dispostas nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 1.139, de 1992, passam a vigorar com os percentuais incidentes sobre o vencimen-

to do cargo efetivo, da seguinte forma: 40% aos ocupantes do cargo de professor que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos em classe de nivelamento e alfabetização, e 25% aos que ocupam cargo de professor e atuam nas séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, Especialista em Assuntos Educacionais, Consultor Educacional, Assistente Técnico Pedagógico e Assistente de Educação. (SD)

Nova lei ajudará no combate ao câncer

De acordo com o Projeto de Lei nº 315/05, do deputado Antônio Aguiar (PMDB), aprovado na terça-feira (18) em Plenário, fica assegurada aos portadores de câncer de pele, cuja renda familiar seja de até três salários mínimos, a distribuição gratuita de protetor solar com o objetivo de minimizar o agravamento da doença. A distribuição dos medicamentos será feita mediante a apresentação de prescrição médica junto com o comprovante das secretarias municipais de Saúde. A distribuição será

operacionalizada através do SUS e da Secretaria Estadual da Saúde.

O Departamento de Farmácia do Estado, em cooperação com os serviços sociais, terá a função de fiscalizar e proporcionar a correta distribuição do produto. Na justificativa da proposição, Aguiar enumera os vários tipos de câncer de pele e o aumento expressivo de casos da doença nos últimos anos, citando garis, agricultores, pescadores e outros trabalhadores expostos ao sol como as principais vítimas da radiação ultravioleta. (RV)

Moção pede liberação de recursos para a BR-282

Moção de autoria do presidente em exercício, deputado Herneus de Nadal (PMDB), endereçada ao diretor-geral do DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transporte), Alexandre Silveira de Oliveira, foi aprovada em Plenário na tarde de terça-feira (18). O documento solicita ao diretor do DNIT que adote providências, já determinadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União), pelo Acórdão nº 875, de 29 de junho deste ano, referente à repactuação dos contratos das obras de conclusão da BR-282.

A moção pede a efetiva liberação das referidas obras e da dotação orçamentária que já constam no Orçamento da União do atual exercício, além da consignação e a posterior execução efetiva de recursos orçamentários complementares no planejamento orçamentário do governo para 2006. (TK)

Esporte ganha incentivo através das "milhagens"

Incentivar o esporte amador catarinense. Este é o objetivo do líder do PFL na Assembléia Legislativa, deputado Antônio Ceron, cujo Projeto de Lei nº 79/03 - foi aprovado em Plenário. A proposta dispõe sobre a aplicação dos prêmio/créditos de "milhagem" oferecidos pelas Companhias de Transportes Aéreos quando resultante de passagens adquiridas com recursos públicos pelo Poder Executivo, incluindo as autarquias, sociedades de economia mista e fundações.

Se for sancionado pelo governo, as passagens resultantes do crédito/prêmio de "milhagem" serão disponibilizadas à Fesporte (Fundação Catarinense de Desporto), que a utilizará exclusivamente para deslocamen-

tos de atleta - individual ou equipe - de esporte amador. Estes atletas deverão ainda ser destaque estadual em sua modalidade para participar de competição oficial nacional ou internacional.

O projeto determina também que os atletas deverão estar vinculados às federações esportivas de Santa Catarina, além de vedar a utilização dos bilhetes para deslocamento de dirigentes, qualquer que seja a finalidade.

Todos os órgãos e entidades da estrutura administrativa do Poder Executivo encaminharão trimestralmente um relatório pormenorizado das Companhias e passagens aéreas utilizadas à Fesporte para a viabilização junto às companhias aéreas dos prêmios de milhagem. (RV)

Movimento Reage Itapema pede justiça

Eduardo Guedes de Oliveira

O deputado Francisco de Assis (PT) apresentou na terça-feira (18), um documento do Movimento Reage Itapema. De acordo com o parlamentar, inúmeros crimes vêm ocorrendo sem que as autoridades tomem providências. Como exemplo, Assis falou do caso de Maurício Barth, editor-chefe de um jornal local, baleado em casa com três tiros



O jornalista Barth, vítima de atentado, foi ouvido em Plenário

que atingiram seus membros inferiores. Barth precisa de uma cadeira de rodas para se locomover e estava presente à sessão.

Segundo o deputado, a cidade "vem sendo tomada pelo crime e é comparada aos filmes de faroeste americano, com uma população amedrontada, enquanto bandidos tomam conta, além de graves denúncias de corrupção que envolvem o chefe do Poder Executivo municipal e alguns de seus integrantes.

Justiça - Com a concordância dos líderes de bancada, o jornalista Maurício Barth manifestou-se em Plenário, mostrando sua indignação. No entanto, muito emocionado, afirmou que ainda acredita nas instituições democráticas e pediu a formação de uma comissão específica do Legislati-

vo para tratar do problema da segurança pública em Itapema. "Estamos com medo. Faz sete meses que estou na cama porque dois homens entraram em minha casa e atiraram em minhas pernas. Minha filha de 8 anos ficou traumatizada e está em tratamento psicológico."

A deputada Ana Paula Lima (PT), em aparte, salientou que a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e Amparo à Família e à Mulher, da qual é presidente, enviou um requerimento ao secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet (PMDB), pedindo explicações, pois "o caso já foi investigado, mas está em segredo de justiça". Ana Paula esclareceu que,

líder do PT na sessão do outro dia (19). Eccel está surpreso com a imprensa. "Acho estranho nada ser comentado pela imprensa sobre o jornalista que foi baleado", resumiu

Para o deputado pefelista Gelson Merísio, que manifestou-se em aparte, a imprensa sabe quando o fato merece atenção. "Eu não controlo a imprensa, mas quando for um assunto que mereça repercussão, com certeza haverá". Para o seu colega de partido, deputado Onofre Agostini, o fato pareceu estranho, dando a impressão de que está sendo levado para o lado político. "Por sorte nossa, o prefeito de Itapema é do nosso partido, mas durante a manifestação ele deu a impressão de que o prefeito mandou balear", lembrou Onofre. (OAB)

assim como todas as demais denúncias de corrupção e violência, providências estão sendo solicitadas às autoridades a fim de conter a violência em Itapema e para que seja garantida segurança a todos os seus moradores.

Imprensa

A atuação da imprensa, ou a falta dela, com relação ao caso de Barth foi criticada pelo

Governo Lula provoca embate

O deputado Altair Guidi, líder do PPS na Casa, voltou a criticar e pedir mudanças na administração federal, em pronunciamento da tribuna, na sessão de terça-feira (18), repetindo os questionamentos que vêm fazendo continuamente nas últimas semanas em Plenário. "Como homem público é meu dever denunciar os erros desse governo. É muita pretensão do Lula querer se comparar ao ex-presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira", disparou.

Para o parlamentar, as denúncias de corrupção envolvendo o PT "mostram que, do ponto de vista ético, administrativo e político, nada se salva nessa administração. Só a economia." Ele também criticou o governo pelo descaso à Santa Catarina, cujos recursos federais pouco beneficiam.

O deputado Francisco Küster (PSDB) defendeu o direito de Guidi criticar o governo federal, principalmente quando o assunto se refere a Santa Catarina. "Nosso

Estado faz parte do país, o que nos dá o direito de cobrar obras, como as que se fazem necessário na BR-101, BR-282 e outras que sejam da esfera federal, assim como um comportamento ético do presidente da República", avaliou Küster.

Resposta - Sobre a inexistência de recursos federais destinados ao Estado, o deputado Dionei Walter da Silva (PT), em resposta, disse ser "uma inverdade". "Podemos citar como exemplo o aeroporto de Navegantes e a duplicação da BR-101",

Guidi, em aparte, respondeu que "com o andamento atual das obras da 101, daqui há dez anos ela ainda não estará pronta".

Dionei ainda disse que "em todos os índices podemos observar melhorias neste governo, a realidade é crescimento com desenvolvimento", enquanto outro deputado petista, Wilson Vieira - *Dentinho* afirmou que Altair Guidi falou "sem conhecimento de causa". (TM/TK/SCT)

Peninha está preocupado com a economia brasileira

As constantes afirmações reiterando a blindagem da economia brasileira, feitas pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci, têm preocupado o deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB). Ele acredita que o ministro está cometendo um engano, pois a economia está abalada, principalmente no setor agropecuário. "A crise é incontestável. Os dados da Confederação



Peninha: "Agropecuária enfrenta crise"

Nacional da Agricultura mostram isso. Eles estimam uma queda de 14,6% no PIB agrícola deste ano", informou.

Em 2004, conforme o deputado, o PIB (Produto Interno Bruto) do setor chegou a R\$ 95 bilhões. Neste ano, não deverá ultrapassar R\$ 81 bilhões. Outros números também provariam a descapitalização do setor primário. Como exemplo, Peninha citou a colação da

saca de feijão, que em 2004 chegou a R\$ 80, e neste ano não deverá passar os R\$ 77.

O parlamentar ressaltou que entre os principais fatores que contribuíram para chegar a esta situação, estão a queda do dólar, a prolongada estiagem e o excesso de chuvas, que prejudicou diversas culturas. "Constata-se que não é a crise política, pelo menos por

enquanto, o gerador dessa crise. No entanto, não é possível afirmar que as dificuldades enfrentadas pela agropecuária não têm ligação com as denúncias de corrupção ocorridas no atual governo", comentou Peninha. Para o parlamentar, o momento é de cuidar da economia brasileira. "Afinal de contas, já diziam nossos avós, se a agricultura vai bem, a cidade vai bem. Atenção redobrada." (GMP)

Herneus destaca aniversário de cooperativa

Os 73 anos da Cooperativa de Crédito Rural Itapiranga - Sicoob Creditapiranga - foram lembrados na sessão do dia 18, pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB), presidente em exercício da Casa. De acordo com ele, a empresa foi a primeira cooperativa de crédito rural criada em Santa Catarina. "A Creditapiranga presta serviços de crédito a cerca de 7.500 associados, em 27 linhas de



Herneus destacou pioneirismo catarinense

crédito, com valor de empréstimos de R\$ 12 milhões feitos a seus clientes e correntistas, dando ênfase ao setor produtivo primário", citou Herneus.

A Cooperativa completa 73 anos no ano em que o cooperativismo de crédito comemora 103 anos de história no Brasil, assinalou o parlamentar. "Foi no dia 21 de outubro de 1932 que nasceu na colônia de Porto Novo, então distrito de

Chapecó, a Caixa União Popular de Porto Novo, através de seus 41 sócios fundadores, pioneiros do núcleo rural, principalmente formado por descendentes germânicos", contou Herneus, sobre a história de fundação da Creditapiranga.

"O cooperativismo de nosso Estado é o verdadeiro exemplo a ser seguido pelas demais unidades federativas do país, pela forma séria com que os dirigentes conduzem o trabalho frente aos associados", declarou. "Em Santa Catarina, temos uma tradição muito grande nessa área", enfatizou.

O deputado destacou também que o Extremo-oeste conta também com a primeira cooperativa do setor de agropecuária do Estado, a Cooperativa A-1, de Palmitos. (MAP)

Vieirão quer explicações sobre cargo no Detran

Em um pronunciamento enfático na tarde de terça-feira (18), o deputado Antônio Carlos Vieira – *Vieirão* (PP) pediu a presença do secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet (PMDB) para esclarecer o caso da criação de cargo no Detran para abrigar a esposa de um de seus diretores.

A Portaria nº 115/05, redigida pelo diretor do Detran, Paulo Roberto Dias e suspensa pelo secretário Benedet depois de denúncia publicada em jornal de circulação diária, criava uma assessoria administrativa, vinculada à diretoria de Dias, para ser ocupada por Sonêa Maria Ventura Neves.

“Mesmo que a portaria tenha sido suspensa, ela nos preocupa, pois não sabemos quais outros absurdos como



Deputado teme que existam mais absurdos

este são criados do nada, diariamente, e nem chegam ao nosso conhecimento, pois se não fosse a imprensa nem este caso saberíamos”, argumentou.

Para Vieirão, é imprescindível que o secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet, se pronuncie, pois “não é possível que em nome da descentralização esse tipo de prática se

torne comum”.

O líder do PP, deputado Celestino Secco, entende que a Procuradoria Geral do Estado também deve se pronunciar, dada a gravidade dos fatos. Em aparte, Afrânio Bopp (P-SOL) lembrou de projeto de lei de sua autoria, que tramita na Casa, que estabelece a proibição do nepotismo (contratação de parentes para ocupar cargos públicos). (TK)

Líder do P-SOL questiona licitação de bacias petrolíferas

O líder do P-SOL, deputado Afrânio Bopp, destacou em Plenário que o partido havia solicitado no dia 11 deste mês, ao STF (Supremo Tribunal Federal), a suspensão do edital de concorrência pública da 7ª Rodada de Licitação de Bacias Petrolíferas, anunciada pela ANP (Agência Nacional de Petróleo). De acordo com Bopp, o P-SOL ajuizou uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade), com pedido de liminar, contestando o dispositivo da Lei nº 9.478/97, a chamada Lei do Petróleo, inclusive aqueles alterados pela Lei nº 11.097, de 2005, referente à produção do biodiesel.



Processo é inconstitucional, diz Afrânio

Afrânio afirmou que a 7ª Rodada de licitação da ANP está amparada em uma legislação que ele acredita ser inconstitucional, e por isso pede com urgência a concessão de liminar para suspender o leilão, pois acredita que a Lei do Petróleo, que criou a ANP e suas atribuições, fere os princípios da separação dos poderes e da reserva legal.

A mudança da Lei do Petróleo ampliou a competência da ANP. “A constituição atribui à União o controle de seus bens, como os recursos minerais do solo e do subsolo. Não compete à ANP fazer as licitações e assumir as responsabilidades que são da União”, destacou. (TM)

Blasi defende liberdade de expressão

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), considerou “inaceitável”, em discurso na quarta-feira (19), que alguns parlamentares não aceitem críticas ou sugestões. “Ultimamente, aqui nesta Casa, quando o deputado Francisco Küster (PSDB) levanta alguma crítica ao governo federal, é atingido em seguida

por parlamentares do PT que não aceitam os comentários e o repudiam como se a sua palavra fosse mentira. Isso não pode acontecer, afinal, todos nós temos o direito de refletir e criticar determinados assuntos”, destacou.

Blasi, lembrando sua própria experiência, assinalou que neste momento em



Blasi: “Opiniões devem ser respeitadas”

que representa o governo vem sofrendo várias críticas referentes à atual administração. “O fato de receber críticas, muitas vezes injustas, sem fundamentos, ou extremamente maldosas, causa um certo desgaste, mas nem por isso vou deixar de ouvir. Esse é um direito dos parlamentares, de expressar suas idéias”, enfatizou.

Em aparte, Küster defendeu a posição de Blasi e destacou que “minhas críticas são feitas diretamente ao governo federal e não ao presidente Lula, diferente de alguns parlamentares da Casa, que acusam diretamente o governador Luiz Henrique da Silveira e não o governo de um modo geral”, destacou. (TM)

Odete denuncia desrespeito à lei de sua autoria

A deputada Odete de Jesus (PL) reclamou em Plenário na tarde do dia 18, que a Lei nº 13.324/05, de 20 de janeiro de 2005, nascida de proposta apresentada por ela, não está sendo cumprida.

A lei determina a disponibilização nas recepções dos hospitais privados e da rede pública do Estado, da *Cartilha dos Direitos do Paciente*. “A cartilha do

paciente é um direito de todos os que precisam dos hospitais. Seus 35 artigos devem ser do conhecimento dos médicos e dos pacientes”. Segundo Odete, as cartilhas sequer foram impressas.

Ela aproveitou ainda para homenagear os médicos pela passagem do Dia do Médico, comemorado no dia 18. Também parabenizou os professores, que comemoraram seu dia em 15 de outubro. (MAP)

Parlamentares debatem ações do governo LHS

O discurso feito pelo governador Luiz Henrique da Silveira durante a solenidade de transmissão do cargo para o deputado Julio Garcia (PFL), na manhã de terça-feira (11), no Plenário, foi comentado na mesma tarde pelos deputados Celestino Secco e Joares Ponticelli, ambos do PP, e pelo líder do PMDB, deputado Manoel Mota. Os parlamentares parabenizaram Garcia pelos 12 dias nos quais estará à frente da chefia do Executivo estadual, bem como a ascensão de Herneus de Nadal (PMDB) ao cargo de presidente da Casa.

O deputado Celestino Secco, no entanto, ponderou sobre as “justificativas” dadas pelo governador para alguns problemas da descentralização. “Alguma coisa está errada no governo de Luiz Henrique. O governador, hoje, se mostrou pródigo na manifestação de suas justificativas para a existência das Secretarias de Desenvolvimento Regional e da modernidade de administrar desta forma. Ou é porque não está claro, ou porque não está exercendo o que era esperado.”

Ponticelli classificou o governador como garoto propaganda de seu próprio governo. “Eu entendo o desespero dele. O governador fez uma reunião em um ginásio de esportes em Rio do Sul, porque para reunir o seu colegiado só

mesmo em um ginásio, para dizer que os secretários vendessem uma boa idéia das secretarias, para que falassem bem delas. Mas, mesmo assim não resolveu, e então fez um concurso nas escolas para que as crianças escrevessem uma redação, cujo tema é a descentralização. Vão usar as crianças dando uma camiseta como premiação para se tornarem cabo eleitoral.”

Ainda segundo o parlamentar, “em relação às obras que LHS disse ter realizado, entre elas o acesso a 50 cidades, duas ficaram pendentes”. Ponticelli acrescentou que “o anúncio das obras entre São Martinho e São Bonifácio, na Serra do Faxinal, e de Rio Fortuna a Santa Rosa do Lima “foi recebido com festa pela população dessas comunidades, mas até agora nada aconteceu, foram obras virtuais”.

Em resposta, o deputado Manoel Mota, líder do PMDB, classificou as críticas de levianas, caluniosas e irresponsáveis. “Esse tipo de ação não constrói Santa Catarina. O governo LHS deu certo porque somos um governo de capacidade, coragem e modernidade. Estamos construindo um Estado que orgulha o povo.”

Sobre as obras de acesso, o Mota afirmou que “estão saindo do papel e que as obras na estrada de Santa Rosa de Lima começarão em breve”. (DAB/GMP)

Titon destaca evento da pecuária

O leilão das raças de gado simental, charolês e limousin, realizado na 3ª Expovale, em Capinzal, pôde ser acompanhada em todo o país, através do Canal do Boi, conforme destacou o deputado Romildo Titon (PMDB) na sessão plenária de quarta-feira (18). O Canal do Boi é transmitido pela televisão a cabo e antena parabólica. Os telespectadores puderam participar do leilão por telefone. As três raças, segundo o parlamentar, estão entre as mais valorizadas do mercado. Outras raças também foram leiloadas. De acor-

do com o peemedebista, o evento, ocorrido entre os dias 11 e 16 de outubro, movimentou cerca de R\$ 5 milhões, incluindo a venda de animais e equipamentos agrícolas.

Romaria - O deputado também destacou a romaria que aconteceu na cidade de Campos Novos no dia 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida. "É uma das maiores romarias do Sul do Brasil", enfatizou o deputado, informando que o evento religioso reuniu cerca de 70 mil pessoas neste ano. (MAP)



Titon: elogios à Expovale

Onofre lembra morte de veterano da FEB



Pefelista saudou a memória dos veteranos

A morte do presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB (Força Expedicionária Brasileira), Nilson Vasco Gondin, no último dia 11, aos 84 anos, foi lembrada pelo deputado Onofre Agostini (PFL) durante a sessão plenária do dia 18.

O parlamentar recordou a situação vivida pelos ex-combatentes. "Santa Catarina é o Estado que presta os melhores serviços beneficiários aos expedicionários, suas esposas e filhos. E isso aconteceu devido a projetos de lei originários desta Casa, alguns de minha

autoria e de outros deputados, com méritos também aos ex-governadores Esperidião Amin (PP) e Paulo Afonso Vieira (PMDB)".

Gondin nasceu no dia 31 de agosto de 1921. "Foi herói na Segunda Guerra Mundial, piloto e ainda escreveu vários livros. Era uma pessoa extraordinária. Lutamos muito para que tivessem uma vida digna no fim de sua existência. Muitos até passaram fome. Temos que preservar esta categoria que está quase em extinção, já que todos estão com mais de 80 anos." (DAB)

Godinho pede estudo da Celesc

O deputado Sérgio Godinho (PSB), registrou durante manifestação em Plenário na quinta-feira (13), a solicitação por ele encaminhada à Celesc solicitando que realize levantamento de impacto ambiental, na região de Santa Teresinha do Salto, no município de Lages, onde desde 1940 funciona a usina hidroelétrica de pequeno porte da empresa, no Salto do Rio Caveiras. "Há dois meses que estamos fazendo esse apelo e já contamos com o aval do presidente da empresa, Miguel Ximenes, para que seja feito esse levantamento e, conseqüentemente, a



Godinho: "Presidente deu seu aval"

ação de recuperação ambiental do local", observou.

O deputado também aproveitou para parabenizar o governo do Estado pela iniciativa de isentar o ICMs da maçã, fato que vai trazer inúmeros benefícios ao setor. "Em fevereiro do ano passado fizemos uma emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 354/04, que já isentava os vinicultores. E a maçã e a pêra não contavam com esse benefício. Isso vai facilitar aos fruticultores para que façam mais investimentos no setor produtivo e no enfrentamento da competitividade do setor", salientou. (CA)

Tucano critica fusão de secretarias federais

A Medida Provisória nº 258/05 trata da fusão da Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda, com a Secretaria da Receita Previdenciária, do Ministério da Previdência Social, foi criticada pelo deputado Francisco Küster (PSDB). O novo órgão de arrecadação federal, conforme relatou o parlamentar, recebeu o nome de Receita Federal do Brasil e terá um quadro de aproximadamente 13 mil fiscais, integrado pelos atuais auditores fiscais da Previdência, da Receita Federal e mais mil vagas que serão preenchidas por concurso público que

já teve autorizada sua realização.

"O governo cria novos cargos e não diz como vai direcionar isso. É uma afronta aos direitos e garantias dos segurados. Como vamos saber se os segurados irão receber seu dinheiro em dia? Temos que prestar muita atenção no que vai acontecer agora", questionou, referindo-se aos segurados da Previdência.

A MP 258/05 não irá alterar as competências do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que continuará responsável pela concessão e pagamento de benefícios e presta-

ção de serviços previdenciários, pelo atendimento aos segurados e pela análise de processos administrativos que comprovem o direito aos benefícios e serviços previdenciários.

Para Küster, a MP é mais um "brinquedo" de extremo risco para aposentados e pensionistas. "O governo vai abocanhar o dinheiro da Previdência que no passado ajudou a construir coisas tão importantes como Brasília e a ponte Rio-Niterói. Discutimos tantas coisas neste país. Esse era um assunto importante para se debater", disse Küster. (GMP)

DOS GABINETES

Cartorários

Os cartorários extrajudiciais, nas funções de notariais, registradores, oficiais substitutos, oficiais maiores, escreventes juramentados e juizes de Paz, por proposição do deputado Onofre Santo Agostini (PFL), poderão, novamente, ter garantida, via Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina, a assistência à Saúde nos mesmos moldes que os demais servidores. O parlamentar é responsável pela emenda ao projeto de origem governamental que cria o plano Santa Catarina Saúde, cujo sistema será administrado pela Secretaria de Estado da Administração, com cobertura financeira do Fundo do Plano de Saúde dos servidores públicos estaduais.

Onofre justifica que é indispensável garantir esse direito aos cartorários, escreventes e demais auxiliares que, em outras épocas, já vinham contribuindo para o IPESC e que tiveram esse benefício cancelado. "O cancelamento deixou-os completamente vulneráveis no que diz respeito a assistência à Saúde. Repara-se com essa emenda já aprovada uma injustiça cometida para com a categoria." (CA)

Hospital

A Assembléia Legislativa aprovou indicação, de autoria do deputado Cesar Souza (PFL), solicitando ao governo estadual apoio financeiro ao Hospital Municipal de São Bonifácio. O pleito do parlamentar foi encaminhado ao secretário da Saúde, Dado Cherem (PSDB).

Fundado há 40 anos, o hospital atende pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e conta com emergência, maternidade e centro cirúrgico, recebendo também pacientes de todos os municípios vizinhos. Atualmente, está com uma dívida, conforme o parlamentar, "de R\$ 400 mil, decorrente de um déficit mensal de R\$ 10 mil".

Segundo o deputado, a administração do hospital afirma não ter outra solução a não ser o fechamento da unidade hospitalar, o que vai sobrecarregar os hospitais vizinhos de São José e Florianópolis.

Asfaltamento - Além disso, o deputado Cesar Souza solicitou, em requerimento encaminhado ao presidente Lula, ao ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento e ao Diretor Geral do DNIT (Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes), Alexandre Silveira, o asfaltamento da rodovia BR-477, no trecho entre Papadunva e Doutor Pedrinho. (Liderança do PFL)

Reunião

O deputado Afrânio Boppé (P-SOL) encaminhou ofício ao deputado Sérgio Godinho (PSB), presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, solicitando a convocação do presidente da Fatma, Sérgio Grando, do procurador de Justiça do Ministério Público Estadual, Basílio Elias de Caro, e do empreendedor de negócios da empresa Central Nacional de Energia Eólica, José Geraldo Nino, para uma reunião da Comissão.

O parlamentar quer esclarecimentos sobre denúncias sobre fraudes no processo de obtenção de licenças ambientais de sete usinas eólicas daquela empresa, para garantir acesso ao Programa de Incentivo à Fontes Alternativas - Proinfa. A denúncia foi feita pelo procurador Basílio de Caro. (CR)

Legislativo entrega honraria de mérito para educadores

Sessão solene reuniu os homenageados e familiares numa noite em que a tônica foi a emoção de quem se dedica à Educação

Criada através da Resolução nº 15/03 da Mesa da Assembleia Legislativa, a Medalha de Mérito Castorina Lobo de São Thiago teve, na noite de segunda-feira (17), sua segunda edição, em sessão solene realizada no Plenário Osni Régis e coordenada pelo presidente em exercício, deputado Herneus de Nadal (PMDB).

A comenda homenageia professores que se destacaram em suas atividades para o desenvolvimento da educação. Os 40 homenageados, de todas as regiões de Santa Catarina, receberam de cada parlamentar um prêmio simbólico, que leva o nome da professora e escritora nascida em 1884 em Tubarão, no sul do Estado.

Por sua trajetória profissional, iniciada aos 15 anos de idade como professora do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis, Castorina é considerada um exemplo de educadora. Ocupou uma das cadeiras da Academia Catarinense de Letras, onde ingressou em 1958. Entre suas obras, destacam-se *Rimas de Outono*, *Clarínadas*

e *Aquarelas da Ilha de Santa Catarina*. A escritora morreu em 1974, aos 90 anos.

Autora do Projeto de Resolução que criou a medalha, a deputada Simone Schramm (PMDB) relacionou a luta de Castorina por uma educação de qualidade ao trabalho dos educadores catarinenses. "Mesmo com todas as dificuldades históricas, nossos professores têm a convicção de que a arte de educar rompe barreiras para transformar nossos alunos em cidadãos mais éticos, críticos e conscientes de seus papéis na sociedade", salientou a deputada.

O deputado Joares Ponticelli (PP), falando em nome das bancadas de oposição, lembrou que solenidade, assim como tantas outras realizadas no Parlamento, é uma das funções da Casa do povo. "É a forma de agradecermos em vida aos que doaram-se pela construção de Santa Catarina", declarou.

Em nome das bancadas de situação, a deputada Odete de Jesus (PL) declarou que os professores catarinenses compartilham o mesmo sonho dos educadores de todo

o país: "São pessoas que lutam por uma Nação sem analfabetos, com escolas de qualidade e universidade para todos."

O vice-reitor da Unoesc, Vítor Carlos D'Agostini, e o reitor da UFSC, Lúcio José Botelho, falaram em nome dos 40 homenageados. D'Agostini afirmou que a comenda da Assembleia Legislativa reforça o sentimento de perpetuar o trabalho coletivo daqueles que fazem da educação um compromisso profissional e de vida. *Investir em educação, não gastar*, ensinou Botelho, é o que faz "a soberania de um país". "É preciso investir em todos os níveis, com salários dignos e honestos", concluiu.

No encerramento, Herneus disse que estava duplamente honrado, presidindo a sessão e expressando sua gratidão e reconhecimento àqueles que praticam a "mais nobre" das atividades humanas. "Em sua maioria, os professores são heróis anônimos, que se dedicam e fazem de suas vidas uma missão nobre em favor da sociedade", declarou o presidente em exercício. (RMPP)

Eduardo Guedes de Oliveira



O Coral da Casa (no alto, à direita) apresentou números especiais, emocionando os homenageados



Deputada Simone Schramm é autora da lei que instituiu a Medalha

Deputado

Homenageado

Afrânio Boppré	Bianka Andrade
Altair Guidi	Maria De Lourdes Hülse Lodetti
Ana Paula Lima	Bráulia Maria Reinert Iñarra
Antônio Carlos Vieira	Alcides Abreu
Antônio Ceron	Vera Marcia Figueiredo Moraes
Celestino Secco	Norberto Ulysséa Ungaretti
Cesar Souza	João Aderson Flores
Clésio Salvaro	Hilmar Luiz Clasen
Dionei Walter da Silva	Ruth Maria Dos Reis Silveira
Francisco de Assis	José Mafra
Francisco Küster	Danúsia Aparecida Silva
Gelson Merísio	Tarcísio Kummer
Gelson Sorgato	Carlos Augustinho Colatto
Genésio Goulart	Valter Alves Schmitz Neto
Herneus de Nadal	Vitor Carlos D'agostini
João Henrique Blasi	Teresinha Maria Dutra Moratelli
Joares Ponticelli	José Santos Nunes
Jorginho Mello	Rodolfo Joaquim Pinto Da Luz
José Carlos Vieira	Anselmo Fabio De Moraes
José Paulo Serafim	Gildo Volpato
Julio Garcia	Lúcio José Botelho
Lício Mauro da Silveira	Rodi Hickel
Manoel Mota	Maria Enir Dos Santos Silveira
Narcizo Parisotto	Maria Letícia Borsó Baldin
Nelson Goetten	Ingeburg Fristsche Krause
Nilson Gonçalves	Márcia Regina Eggert Soares
Nilson Machado (Duduco)	Maria Natalia José
Odete de Jesus	Antônio Elízio Pazeto
Onofre Agostini	Tereza De Medeiros Luciano
Paulo Eccel	Sueli Maria Pantaleão
Reno Caramori	Iraci Lucila Chittó Favero
Rogério Mendonça	Elmo Pisetta
Romildo Titon	Neuza Maria Sganderla
Sérgio Godinho	Darcy De Liz Biffi
Simone Schramm	Irmã Cleofa Hoepers
Valmir Comin	Dilma Possamai Rosso
Vanio dos Santos	João Carlos Nogueira
Wilson Vieira (Dentinho)	Ivone Nympha Maia Adriano